

## **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE**

### **CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE**

1 Ata da Décima Oitava Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento  
2 Territorial do Litoral Paranaense, realizada aos vinte e um dias do mês de junho de  
3 hum mil novecentos e oitenta e oito, conforme convocação enviada aos membros  
4 efetivos e natos do Conselho. 2 - Aos vinte e um dias do mês de junho de hum mil  
5 novecentos e oitenta e oito, às nove horas na sala de reuniões da Federação dos  
6 Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná, com endereço à Rua Marechal  
7 Hermes,910 - Curitiba - Paraná, reuniram-se os membros efetivos e natos do  
8 Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, sendo a  
9 Presidência dos trabalhos exercida pelo Dr. Ary Veloso Queiroz, Secretário de  
10 Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. Como membros natos  
11 compareceram os Senhores: Dr. Ramar Teixeira Nogueira, Diretor Geral da  
12 Secretária do Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Dr. Renê Ariel Dotti,  
13 Secretário de Estado da Cultura, Dr. Carlos César Sales de Albuquerque  
14 Maranhão, Diretor Geral da Secretária de Estado da Indústria e do Comércio, e  
15 Prefeito Joubert Gonzaga Vieira. Como membros efetivos compareceram os  
16 Senhores: Dr. Luciano Pizzatto, Dr. Ivo Mendes Lima, Dr. Cândido Gomes  
17 Chagas, Sr. Edmir Manoel Ferreira, Dr. Roberto Ribas Lange. Tomando posse  
18 como membros efetivos compareceram os senhores: Dr. Guilherme Moreira  
19 Rodrigues e Sr. Mário Plefk. O Dr. Roberto Ribas Lange apresentou o nome do Dr.  
20 Celso Fernando de Azambuja Gomes Carneiro, para substituí-lo como membro  
21 efetivo representando a ADEA/PR, tendo como seu suplente o Sr. Luiz Renato  
22 Munhoz. Como convidado compareceram os senhores: Dr. Iran Roberto  
23 Brzenzinski, Secretário de Assuntos Fundiários e Presidente do ITCF. Dr. Luiz  
24 Sérgio de Paula Knopqui da Secretaria de Estado da Agricultura e do  
25 Abastecimento. Dr. Irineu Dalla Corte do DENRE/ITCF e o Dr. José Correia Ribas,  
26 Diretor do DER/PR. 3 - Apreciação e Votação da Ata da Décima Sétima Reunião  
27 Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense: Dr.  
28 Ary Veloso Queiroz colocou em aberto a palavra para eventuais retificações da  
29 mesma. Dr. Roberto Ribas Lange, solicitou retificação às folhas 02 ( 68 ), sobre o  
30 processo do late Clube de Caiobá, onde posicionou-se favorável a utilização do  
31 Morro do Feijão, que fosse detalhada esta utilização para as instalações do  
32 teleférico, do mirante e ao posto de comunicações do Atlântico Sul, em seguida o  
33 Dr. Ary Veloso Queiroz colocou em votação a Ata, sendo a mesma aprovada por  
34 unanimidade de votos dos Conselheiros presentes. 4 - Ordem do Dia: A -  
35 Apresentação pelo Iparde do zoneamento litorâneo , com a incorporação das  
36 contribuições recebidas dos órgãos e comunidades envolvidas - Dr. Rodolfo  
37 Angulo, apresentou o trabalho de sistematização e análise de críticas e sugestões  
38 à proposta de zoneamento para a região do litoral paranaense, o qual foi  
39 devidamente entregue aos senhores conselheiros, salientou que foram analisados  
40 quatro contribuições: do Conselheiro Luciano Pizzatto, do grupo de trabalho do  
41 ITCF, do Secretário de Morretes e da Secretaria Executiva do Conselho, a seguir  
42 passou a apresentar as modificações da proposta, que compreendeu as diretrizes

43 e normas de ocupação. A definição e descrição das UAN, a Cartografia  
44 Complementar, as sugestões e recomendações quanto a abrangência do  
45 zoneamento. A seguir o Dr. Rodolfo Angulo salientou da necessidade de haver  
46 posteriormente a aprovação do zoneamento, trabalhos de implementação,  
47 divulgação e estudos técnicos e científicos complementares, os quais passou a  
48 detalha-los mais sucintamente, a implementação envolveria: a definição clara de  
49 competência dos diversos órgãos que atuam na região, a elaboração de manuais  
50 de campo, a discussão a nível municipal, a realização e seminários na região, a  
51 criação de grupos técnicos para análise de Estudos de Impacto Ambiental e a  
52 reestruturação do ITCF na região, a divulgação compreenderia: a elaboração de  
53 *folders* e mapas coloridos; os estudos técnicos e científicos complementares  
54 compreenderiam: a delimitação das Associações Vegetais Relevantes, das áreas  
55 necessárias para garantir a preservação da fauna, das áreas de importância  
56 histórica, artística, arqueológica e/ou paisagística. Do estudo dos mangues, das  
57 ilhas e dos ambientes aqueos, a elaboração do Microzoneamento para as áreas  
58 mais críticas, a classificação dos rios, o desenvolvimento de pesquisa  
59 agropecuária e florestal e um plano de realocação dos produtores que se  
60 encontram nas áreas de maior restrição, envolvendo as questões legais sugere-se  
61 a análise da lei Federal 7511/86 que alterou o código florestal com relação as  
62 dificuldades da sua aplicação na região, finalmente quanto a operacionalidade do  
63 zoneamento é sugerido que o mesmo seja analisado pelo CEDA, Dr. Roberto  
64 Ribas Lange colocou que os estudos técnicos e científicos complementares  
65 sugeridos necessitam de apoio financeiro governamental para que possam ser  
66 realizados. Dr. Luciano Pizzatto falou da necessidade do zoneamento apresentar  
67 soluções quanto a pendência existente quanto a delimitação definitiva do  
68 tombamento da Serra do Mar e outros aspectos institucionais como a APA de  
69 Guaraqueçaba e a AEIT do Marumbi, falou ainda que o Conselho do Litoral deve  
70 aprovar primeiramente o zoneamento do litoral e após isto deverá ser  
71 encaminhado para análise do CEDA, Dr. Roberto Ribas Lange entendeu ser  
72 totalmente desnecessária a apreciação do CEDA, Dr. Ramar Teixeira Nogueira  
73 falou da proposta apresentada na reunião ordinária passada, no sentido da  
74 aprovação do zoneamento, sendo de seu entender que tal procedimento serviria  
75 de estímulo para que os trabalhos de implementação, divulgação e estudos  
76 técnicos e científicos complementares fossem realizados com maior rapidez. Dr.  
77 Ary Veloso Queiroz falou da necessidade de um maior amadurecimento do  
78 documento apresentado pelo Ipardes, por parte dos senhores conselheiros. Dr.  
79 Renê Ariel Dotti sugeriu que fosse agendada reunião extraordinária para discussão  
80 específica sobre o assunto, de forma que conselheiros possam analisar melhor o  
81 documento elaborado pelo Ipardes. Dr. Ary Veloso Queiroz colocou em votação tal  
82 proposta sendo a mesma aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes.  
83 Dr. Ary Veloso Queiroz agendou então a referida reunião para o dia vinte e sete do  
84 corrente. B - Apresentação do Conselheiro Relator Dr. Ivo Mendes Lima sobre a  
85 análise dos parâmetros para ocupação do solo nas áreas e locais considerados de  
86 interesse turístico. Dr. Ivo Mendes Lima colocou que antes do documento ser  
87 apresentado no Conselho do Litoral, seria importante que tal análise fosse  
88 apresentada às Câmaras de Engenharia Civil e Arquitetura do CREA/PR, para  
89 então ser apresentado na próxima reunião do Conselho, havendo concordância

90 pelos demais conselheiros. C - Esclarecimento do Conselheiro Prefeito Acir Braga,  
91 sobre o alvará de construção nº 348/87, concedido a Construtora Rizental LTDA.  
92 Como houve a ausência do referido Prefeito, o Dr. Ary Veloso Queiroz solicitou  
93 explanação do representante do CREA/PR com relação ao convênio existente  
94 entre os dois Conselhos. Dr. Ivo Mendes Lima esclareceu que houve fiscalização  
95 do CREA/PR à referida obra, ponderando que agora, com o plano de  
96 descentralização do CREA/PR, haverá uma maior agilização dos processos que  
97 deveram ser analisados pelos inspetores regionais e coincidentemente a Arquiteta  
98 Carmem Terezinha Leal do Conselho do Litoral foi eleita inspetora Regional de  
99 Paranaguá, que facilitará muito mais a implementação do convênio de fiscalização,  
100 que prevê análise quanto a existência de anuência prévia e o número de  
101 pavimentos das obras. D - Esclarecimentos da Construtora Rizental LTDA, sobre o  
102 embargo 002/88 do Conselho do Litoral. Dr. João A. Baptistella, advogado da  
103 Construtora Rizental Ltda, esclareceu que realmente houve uma infração por parte  
104 da mesma, porém que tais irregularidades tornaram-se comuns e generalizadas no  
105 município de Guaratuba, a seguir o Engenheiro Jéferson Rizental , da construtora,  
106 apresentou um levantamento de várias obras irregulares no município de  
107 Guaratuba e Matinhos. Dr. Cândido Gomes Chagas ponderou que houve por parte  
108 da empresa o reconhecimento de que qualquer obra de 3 pavimentos ou  
109 ampliação destas no litoral, devem ser precedidas da anuência prévia do Conselho  
110 do Litoral o que não ocorreu no presente processo, havendo construção de mais  
111 dois pavimentos daqueles aprovados pelo Conselho. Dr. Ary Veloso Queiroz  
112 solicitou que a Construtora Rizental LTDA forneça o referido levantamento, para  
113 que a Secretaria Executiva tome as medidas legais cabíveis para os casos  
114 apresentados, salientando que a maioria dessas obras encontram-se em ZR-2 de  
115 competência das Prefeituras Municipais. O Dr. João Baptistella argüiu da  
116 possibilidade do levantamento do embargo dos 4 pavimentos. Dr. Ary Veloso  
117 Queiroz ponderou que a continuidade das obras só poderão ocorrer mediante a  
118 regularização da presente situação que se daria com a demolição dos dois  
119 pavimentos excedentes. Dr. Cândido Gomes Chagas alertou que o Prefeito  
120 Municipal de Guaratuba encaminhou mensagem a Câmara Municipal propondo a  
121 alteração do zoneamento vigente. Dr. Roberto Ribas Lange propôs que fosse  
122 estudado a conveniência da SEDU propor uma ação Civil pública contra a  
123 Prefeitura Municipal de Guaratuba e a Construtora Rizental LTDA, propondo ainda  
124 que o processo seja encaminhado ao CREA/PR para análise quanto aos aspectos  
125 éticos que referem-se aos profissionais envolvidos com a questão. Dr. Ary Veloso  
126 Queiroz submeteu a votação a confirmação do embargo e a decisão pela  
127 demolição dos 2 pavimentos excedentes, bem como a proposta de  
128 encaminhamento à análise do CREA/PR, sendo as mesmas aprovadas por  
129 unanimidade de votos dos Conselheiros Presentes. E - Apreciação do processo de  
130 embargo 003/88 do Conselho do Litoral, contra a obra da Associação dos  
131 Servidores da Polícia Militar do Paraná. Dr. Shigueru Shimizu esclareceu que a  
132 obra encontra-se com 3 pavimentos em ZR-2, sendo que o processo foi  
133 encaminhado a Comissão Permanente 02, que opinou de forma favorável à  
134 manutenção do embargo e pelo envio do processo ao Conselho Pleno para  
135 deliberação final a respeito. Dr. Renê Dotti propôs que o presente processo fosse  
136 também encaminhado ao CREA/PR para apreciação da conduta dos profissionais

137 envolvidos. Dr. Shigueru Shimizu esclareceu que não houve defesa por parte da  
138 referida Associação. Dr. Ary Veloso Queiroz colocou em votação a confirmação do  
139 Embargo e a decisão pela demolição do pavimento excedente, bem como a  
140 proposta de encaminhamento à análise do CREA/PR, sendo as mesmas  
141 aprovadas por unanimidade de votos dos conselheiros presentes. F -  
142 Apresentação dos critérios para ocupação das zonas de proteção ambiental. Dr.  
143 Shigueru Shimizu, Secretário Executivo procedeu a leitura do documento  
144 elaborado pela Famepar apresentando tais critérios. Dr. Luciano Pizzatto sugeriu  
145 que tal documento fosse encaminhado para análise de grupos técnicos que  
146 elaborou o Decreto Estadual 2722/84, sendo tal proposta aprovada por  
147 unanimidade dos Conselheiros Presentes. G - Apreciação do processo nº  
148 272.326-2 da Eströbel Parque Hotel Ltda. Dr. Shigueru Shimizu Secretário  
149 Executivo procedeu a leitura do histórico do processo, sendo que o mesmo foi  
150 analisado pela Comissão Permanente 02, que opinou pelo envio ao Conselho  
151 Pleno para deliberação, sendo que houveram posicionamentos favoráveis entre  
152 outros da Secretaria Executiva, SUREHMA, Coordenadoria do Patrimônio Cultural  
153 e ITCF, houveram várias dúvidas quanto as questões legais que envolvem o  
154 aforamento do terreno, pleiteado pela empresa junto ao governo do estado do  
155 Paraná. Dr. Cândido Gomes Chagas levantou dúvidas quanto a legislação do uso  
156 e ocupação do solo vigente, sendo então de consenso o envio do processo ao  
157 Presidente do ITCF, Dr. Iran Brzenzinski para análise e apresentação das  
158 conclusões em oportuna reunião do Conselho do Litoral. Dr. Luciano Pizzatto falou  
159 sobre os projetos elaborados pela Comissão para assunto da Ilha do Mel que não  
160 foram trazidas ao conhecimento do Conselho litoral. 5 - Assuntos Gerais: Sr. Edmir  
161 Manoel Ferreira solicitou esclarecimentos sobre a ocupação futura de terrenos na  
162 Ilha do Mel por parte dos moradores locais. Dr. Iran Brezezinski, Presidente do  
163 ITCF, explicou que pela legislação atual somente existe concessão de usos dos  
164 terrenos de no máximo quinhentos metros quadrados, havendo possibilidade de  
165 nova outorga aos filhos dos moradores locais que venham formar uma nova  
166 família, havendo portanto por parte do Governo a disposição de fixação daquela  
167 população local na própria Ilha do Mel. Dr. Roberto Ribas Lange sugeriu que fosse  
168 convocada a Coordenadoria do Patrimônio Natural da SECE, para explanação  
169 sobre o tombamento da Ilha do Mel. Dr. Cândido Gomes Chagas, explanou sobre  
170 processo encaminhado por sua pessoa à Secretaria Executiva para análise da  
171 possibilidade de construção de sacadas no edifício " Sobre as Ondas " em  
172 Guaratuba, mostrando o seu inconformismo com o Secretário Executivo do  
173 Conselho, que ao receber o processo não posicionou-se contraria ou  
174 favoravelmente ao requerido, sendo que sem este posicionamento por parte do  
175 Secretário Executivo, foi convocada Assembléia dos Condôminos para aprovação  
176 de que se pleiteava, havendo então tal aprovação, porém houve posteriormente  
177 análise da Secretaria Executiva e da Comissão Permanente 01 do Conselho que  
178 indeferiram o processo, o que veio lhe causar um desgaste moral perante os  
179 demais condôminos daquele edifício, ao final solicitou sua demissão do Conselho  
180 do Litoral. Dr. Guilherme Moreira Rodrigues, membro da Comissão Permanente  
181 01, salientou que a comissão negou tal pedido tendo em vista que a taxa de  
182 ocupação do prédio já excedia em muito ao estabelecido pela legislação vigente,  
183 inviabilizando o requerido em pauta, esclareceu que pelo entender da Comissão o

184 que foi solicitado ao Conselho foi apenas uma consulta sobre a possibilidade de  
185 construção de tais sacadas e não análise de um projeto definitivo do que se  
186 pretendia. Dr. Shigueru Shimizu esclareceu o trâmite adotado dos processos no  
187 Conselho do Litoral, cabendo às Comissões Permanentes o parecer final do  
188 mesmos. Dr. Ary Veloso Queiroz lamentou o posicionamento do Dr. Cândido  
189 Gomes Chagas pelo pedido de demissão do Conselho. Dr. Roberto Ribas Lange  
190 propôs que fosse encaminhada moção de Apoio ao Sr. Ministro das Minas e  
191 Energias, Dr. Aureliano Chaves, que exarou portaria, no sentido de o DNPM só  
192 conceder autorização de lavra, com a prévia análise e aprovação do RIMA, por  
193 parte do órgão estadual competente, solicitou que fosse encaminhada ao  
194 Presidente da República com cópias ao Presidente do IBDF e ao Governador de  
195 Fernando de Noronha, moção de apoio à criação do Parque Nacional Marinho de  
196 Fernando de Noronha, finalmente expôs sobre o problema do terminal da Empresa  
197 Cattalini no Município de Paranaguá, que seria utilizada para armazenamento de  
198 produtos tóxicos e gases inflamáveis, sendo que na SUREHMA foi solicitado  
199 aprovação para armazenamento de óleo comestível, dada a proximidade de tais  
200 equipamentos no centro urbano daquele município solicitar que fosse elaborada  
201 pela SEPL um Plano Diretor de Paranaguá e de seu Porto, de forma a direcionar  
202 corretamente tais atividades. Dr. Luciano Pizzatto falou sobre as obras de  
203 ampliação do Porto de Paranaguá e várias obras que estão sendo realizadas no  
204 litoral sem análise do Conselho. Dr. Ary Veloso Queiroz solicitou que a Secretaria  
205 Executiva entre em contato com as diversas Secretarias de Estado para que as  
206 mesmas encaminhem tais projetos ao conhecimento do Conselho. Dr. Ivo Mendes  
207 Lima apresentou reivindicação da Associação dos Engenheiros e Arquitetos e  
208 Agrônomos do Litoral para participar do Conselho do Litoral. Sr. Edmir Manoel  
209 Ferreira solicitou esclarecimentos sobre o andamento do processo da Indústria  
210 Pontal do Sol em Paranaguá que foi embargada pelo Conselho, finalmente  
211 convidou o Dr. Ary Veloso Queiroz para participar da abertura oficial da Festa da  
212 Tainha em Paranaguá. 6 - Encerramento: Em seguida o Dr. Ary Veloso Queiroz  
213 colocou a palavra em aberto para eventuais manifestações, como ninguém fez uso  
214 da mesma, deu-se por encerrado os trabalhos da Décima Oitava Reunião  
215 Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Territorial Paranaense, e eu Shigueru  
216 Shimizu, Secretário Executivo, lavrei a presente ata, a qual assino juntamente com  
217 o Presidente do Conselho e submeto a apreciação e votação por parte dos demais  
218 Conselheiros.